

**Deputada Cláudia Cardoso**  
**10 de Maio de 2006**  
**ALRAA, Sala das Sessões**

### **Melhor educação: uma responsabilidade de todos**

**Senhor Presidente da ALRAA**  
**Senhoras e Senhores Deputados**  
**Senhora e Senhores Membros do Governo**

Sem relutância todos os que aqui estão seriam peremptórios ao afirmar que a educação é um bem inestimável ao desenvolvimento das sociedades modernas. Acepção indiscutível na verdade. E como vamos de educação? Se olharmos para os 30 de anos de democracia que passaram podemos afirmar sem rodeios que estamos muito bem, porque se progrediu assinalavelmente e a escolarização de massas concretizou-se; mas se olharmos para a frente podemos dizer que o caminho é ainda longo, sobretudo nesta Europa alargada em que o *ranking* dos países nos remete para lugares menos honrosos e aí titubeamos. Porém, esta comparação deve exigir de nós duas percepções que são reais. A primeira é a de que partimos com um atraso significativo em relação aos demais que, em alguns casos, ultrapassa os 20 anos. A segunda é que este facto não deve servir de desculpa, e que o nosso verdadeiro objectivo deve ser o de atingir a performance dos países do topo da tabela.

Na última semana de Abril o GPPS realizou as suas VI Jornadas Parlamentares subordinadas ao tema **«Melhor educação: uma responsabilidade de todos»**. Destas foi possível concluir que o desenvolvimento do sistema educativo é um caminho longo, mas não utópico;

sinuoso, mas não intransponível, exigente mas desafiador, e sobretudo, um caminho desejavelmente inacabado. Do ponto de vista regional, fizemos o balanço do muito que evoluímos e das dificuldades com que nos deparamos neste percurso. A dos interesses instalados, a da vagarosa mudança de mentalidades, a de uma oposição desmotivada, e continuamente atada ao pormenor e à questiúncula, esquecida dos reais problemas da sociedade, e cavalcando sedenta os focos de descontentamento que encontra com argumentos de cariz pró-sindical, e frequentemente auto-dispensada da necessária colaboração nas questões essenciais. Na verdade quase sempre mais demitida das suas responsabilidades do que empenhada no futuro da Região.

Nas VI Jornadas do GPPS analisou-se a proposta de DLR sobre a adaptação do Estatuto do pessoal docente à Região, debateu-se a proposta naquilo que são as suas virtudes e as suas eventuais fraquezas, e não o quisemos fazer sozinhos, trouxemos o proponente e contámos com a presença dos sindicatos de professores da Região que nos apresentaram os meandros da negociação do diploma, num exercício que é afinal apanágio do Partido Socialista: o de convocar várias perspectivas, o de promover o diálogo e o de continuar a ser um partido disponível para a sociedade civil e para o debate, interessado na saudável luta partidária e alheio à intriga de bastidores. Um exercício que demonstrou a sua pertinência, na medida em que foi capaz de iluminar novas perspectivas, e de promover o que o PS continua a entender como essencial à democracia- o exercício do contraditório.

**Senhor Presidente da ALRAA**  
**Senhoras e Senhores Deputados**  
**Senhora e Senhores Membros do Governo**

Para nós é sempre tempo de se pensar a educação. Orgulhosos das nossas conquistas mas atentos ainda às dificuldades. Às do país e às da Região. À que temos e à que gostaríamos de ter. Sem ignorar os progressos

que em matéria de educação o nosso país tem tido. Em 30 anos de democracia e depois de 27 ministros da educação foi possível termos um sistema de ensino estruturado, uma educação generalizada, com ofertas formativas diversificadas e com um investimento sem precedentes, reconhecido aliás pelo último relatório anual da Comissão Europeia que analisa o estado de progresso dos objectivos definidos pela Estratégia de Lisboa (2000) no que diz respeito à educação e à formação. A recuperação que se deu em Portugal é, a todos os níveis, assinalável. Contamos hoje com dois milhões e quinhentos mil alunos no sistema educativo português quando há quarenta anos tínhamos menos de metade. Obviamente tudo isto tem custos. A generalização do ensino não se faz pacificamente. E não se fez! Trouxe consigo novas dificuldades e outros problemas. Para os quais ainda não se encontrou a solução certa, enquanto paralelamente precisamos de continuar o esforço por melhorar a nossa performance nos parâmetros europeus.

**A educação tem sido sucessivamente encarada como um desígnio nacional.** Nos últimos 20 anos sucessivos programas de governo deram-nos conta de que a elegiam como prioritária e, no entanto, esta continua a ser uma prioridade mal conseguida, fruto de um cumprimento modesto dos objectivos a que todos invariavelmente se propuseram se o analisarmos do ponto de vista dos seus resultados, sobretudo quando surgem as comparações com a performance de outros países da UE. Na verdade somos poucos, a UE exige-nos que sejamos mais qualificados, para que possamos ser também mais competitivos e nós vamo-nos desvanecendo nos últimos lugares das estatísticas, *ex aequo* com a Grécia e vexatoriamente ultrapassados em alguns indicadores pelos países do alargamento.

Somos poucos e sendo poucos temos que ser muito melhores. O atraso que nos separa dos países mais desenvolvidos radica, em larga medida, no insuficiente nível de qualificação da população portuguesa. Num país que vê

esgotada uma das suas bases produtivas –a agricultura- é tempo de se abalançar no desafio da fileira do conhecimento. Apostando numa formação profissional adequada, mas não manietadora de desenvolvimentos futuros, diversificando caminhos, aproveitando através do CRVC a valorização das aprendizagens feitas em contexto não formal de educação e investindo no ensino secundário como o patamar mínimo de referência para a qualificação dos nossos jovens e adultos. O Governo da República anunciou recentemente a iniciativa «Novas Oportunidades» com vista à qualificação dos portugueses e que assenta em medidas que vão precisamente neste sentido e com as quais concordamos.

É de justiça que se reconheça também que grande parte das medidas que agora arrancam no todo nacional estão já implementadas na Região. Falo da aposta inquestionável no ensino profissional que neste momento retém cerca de 30% dos alunos do nível secundário. Falo da formação de base dos activos. Falo do desenvolvimento do Sistema de Reconhecimento e Validação de competências. Falo da autonomia das escolas. Falo da racionalização do parque escolar disponível. Falo da melhoria do investimento em infraestruturas e apetrechamento. Falo da estabilização do corpo docente. Tudo isto está em plena aplicação na Região com um sucesso inegável e com resultados visíveis. A Região é, por isso, um exemplo em matéria de educação.

**Senhor Presidente da ALRAA**  
**Senhoras e Senhores Deputados**  
**Senhora e Senhores Membros do Governo**

Actualmente deparamo-nos com a diminuição generalizada da população escolar, tendência já registada na última década, que afectará sobretudo o ensino secundário, tornando-se urgente reforçar as medidas de combate ao insucesso escolar e à saída precoce do sistema educativo. Os dois fenómenos estão relacionados na medida em que o segundo normalmente precede o primeiro, actualmente em Portugal cerca de ¼ da população dos 18 aos 24

anos não concluiu o 3º ciclo nem se encontrava a frequentar a escola. Se é verdade que o país registou uma quebra acentuada desta taxa entre 1991 e 2001, passando de 12.5% para 2.7%, não deixa de ser significativa a diferença que nos separa não só da média europeia mas igualmente do nosso parceiro mais próximo, a Espanha. Desta análise podemos retirar duas conclusões: a de que o abandono escolar parece estar muito mais relacionado com a idade do aluno, do que com o ano que frequenta e ser, geralmente, precedido de histórias de insucesso repetido; e a de que o insucesso se verifica com maior incidência na mudança de ciclo, o que significa que estamos perante um sistema de ensino com manifesta desarticulação entre os diferentes ciclos, e se revela incapaz de propiciar a transição pacífica entre eles.

O problema do abandono escolar não se confina à saída precoce do aluno do sistema de ensino, mas está sobretudo relacionado com a indisponibilidade permanente para a aprendizagem, e as dificuldades posteriores de ordem pragmática, como sejam as dificuldades em interpretar enunciados, em comunicar verbalmente e por escrito e em tomar parte no processo de educação ao longo da vida.

Este problema exigirá uma acção política efectiva e consistente. Segundo o relatório da Comissão Europeia de 2004 sobre os progressos relativamente aos «objectivos da educação e formação» a percentagem da população com idades entre os 18 e os 24 anos com apenas a educação secundária e sem frequência de qualquer tipo de formação contínua é em Portugal de 45.5% enquanto que a média da UE se situa nos 18.8%. O mesmo se diga dos números que apresenta sobre a educação noutros estádios da vida, como sejam os cursos de formação dados pelas empresas em que se verifica que enquanto que a média da UE é de 7 horas por cada mil de trabalho, em Portugal são apenas 4, isto para não falar de países como a Finlândia em que são 11 ou a Dinamarca em que sobe para 14.

Outra das questões que se levanta com pertinência e que deve ser reavaliada é a da alocação do investimento, ninguém tem dúvidas acerca do aumento do investimento em educação nas últimas décadas, mas os seus resultados continuam a ficar aquém do nível de investimento, o que deriva provavelmente da deficiente elencagem de prioridades. Na verdade a diminuição da população escolar deve levar a que ponderemos a construção de mais infraestruturas escolares, quando se calhar estas já não se constituem como prioridades. Por outro lado, o investimento em recursos humanos, embora tenha aumentado, continua a ser inferior ao de outras áreas dos programas de governo dos diversos países, razão pela qual o Relatório da Comissão alerta para a necessidade de se reordenarem as prioridades de investimento, no sentido do aumento da competitividade da economia da maioria dos países. E denuncia o crónico sub-investimento em recursos humanos de que a Europa padece áreas relevantes como o ensino superior, a educação de adultos e o treino vocacional.

**Senhor Presidente da ALRAA**  
**Senhoras e Senhores Deputados**  
**Senhora e Senhores Membros do Governo**

Na verdade, a educação deve ser encarada à luz de três premissas essenciais. A primeira baseada na necessidade de recentrarmos o enfoque do problema no seu real protagonista: o aluno, que deve ser encarado como o centro de todas as políticas educativas. (“we will only succeed if we rebuild schools around the single proposition – to honor children’s needs above those of all others: we have to constantly ask ourselves what best serves our children as learners”, **Terry Roberts**). No século XXI é tempo de se perceber o que os gregos e os romanos já sabiam há muitos séculos antes de nós: que os alunos são o incontornável centro do sistema educativo.

A segunda dando um papel relevante aos pais e convocando-os como co-responsáveis do sucesso educativo dos seus filhos. A terceira questão prende-se com a forma como a escola – sede da operacionalização das políticas educativas por excelência – dá resposta às necessidades dos alunos e instiga à questão fundamental: o gosto de aprender.

Na verdade, a questão da educação e da preparação do futuro dos jovens é, frequentemente, uma das funções mais valorizadas social e familiarmente. Se pensarmos que os indivíduos, ao acederem aos sistemas educativos formais, aí permanecerão parte bastante significativa das respectivas vidas é legítimo que se repense o papel da escola na potenciação deste tempo. Mas, a saúde da escola é, antes de mais, uma responsabilidade colectiva. De todos. E tanto de uns como de outros. Tanto dos agentes educativos como da sociedade em que se insere. Tanto dos pais como dos professores. Tanto do governo como da oposição. E a ambição do Partido Socialista radica neste inconformismo de se fazer sempre mais, sempre melhor, e mesmo diferente naquilo que se provar termos sido menos eficazes.

Os governos do Partido Socialista alteraram a perspectiva como a educação vinha sendo encarada, excessivamente centrada nas questões instrumentais, da escola, do professor, dos *curricula*, e **transferiu, e bem, para o aluno o principal papel**. O único aliás que ele podia efectivamente ter. Lembro a integração nas escolas de alunos com NEE, lembro a avaliação do desempenho, lembro a reestruturação do ensino recorrente, lembro a criação dos cursos do PROFIJ, lembro a aposta no ensino profissional, lembro as alterações ao concurso do pessoal docente, lembro a reorganização curricular.

Porém, a escola continua a ser um sítio arredado dos interesses da maioria dos alunos, aprender é um prazer desde que feito num espaço alheio ao espaço formal da sala de aula. É este o grande desafio da escola actual: tornar-se

apelativa, significativa, e útil. Na miríade de apelos a que os nossos jovens estão sujeitos a escola é o lugar onde eles são mais fugazes, menos bem interpretados, mais repudiados, fazendo com que eles não se revejam na escola nem a escola neles. E a escola não lhes diz o que pode fazer por eles. Pela sua formação, pela sua motivação e pelo fascínio do conhecimento. Não se apercebe da sua desadequação à realidade em matéria de apelatividade. Se as aprendizagens não forem significantes não serão potencialmente aprendizagens. A escola não tem acompanhado como deveria o desenvolvimento social e, não o acompanhando, compromete a sua sobrevivência, como modelo.

É urgente fazer da escola o lugar onde tudo acontece e não uma espécie de arquivo obsoleto de um passado que momentaneamente parece não interessar aos alunos. O primeiro passo é portanto o de tornar a aprendizagem, enquanto processo, significativa, para que se generalize para a vida a necessidade de aprender. Apostar nos primeiros anos de escolarização numa cultura de aprendizagem permanente fará dos cidadãos futuros gente disponível para a melhoria das suas competências, requisito essencial a uma sociedade baseada no conhecimento.

**Senhor Presidente da ALRAA**  
**Senhoras e Senhores Deputados**  
**Senhora e Senhores Membros do Governo**

Simultaneamente **a escola não tem sido capaz de convocar eficazmente os pais**. Estes mantêm com aquela uma distância significativa e, ao que parece, difícil de inverter. Por duas ordens de razões: a primeira de cariz tradicional que deriva da fraca escolarização que possuem, o que contribui para o pouco prestígio que atribuem à escola e para a desvalorização das aprendizagens académicas. Este facto conduz ao desinteresse que se verifica nas reuniões promovidas pelas escolas nas quais se encontram, maioritariamente, pais com



formação média e superior. Diz-se entre os professores que estão lá aqueles que menos precisariam de estar.

A segunda prende-se com o modelo de gestão escolar adoptado que não privilegia a aproximação. Desde a marcação do horário das reuniões, geralmente incompatível com o horário laboral, à linguagem hermética utilizada, e a dificuldade em fazer chegar a todos informação sobre a significativa variância da oferta educativa que fizemos aumentar exponencialmente nos últimos anos. É imperativo que se trabalhe no sentido de revitalizar as associações de pais e da valorização do papel do pai na escola. A criação na Região da figura do tutor, em substituição da figura obsoleta do director de turma, é uma das medidas impulsionadoras da alteração deste estado de coisas.

**Senhor Presidente da ALRAA**  
**Senhoras e Senhores Deputados**  
**Senhora e Senhores Membros do Governo**

**Finalmente a escola surge como o terceiro vértice desta problemática.** Com as suas limitações mais de carácter material do que formal. Num quadro de qualidade de infraestruturas e de equipamento, ao nível de outros países europeus, mas ainda acanhada na sua capacidade de motivação. A alteração passa pela reconceptualização do modelo, ainda excessivamente centrado no triângulo sala de aula, turma, postura expositiva do professor. E passa pela capacidade de oferta do seu corpo docente. Pela inversão do tradicional afastamento do trabalho de equipa, que faz com que cada professor funcione como indivíduo no qual se esgotam as ofertas de formação. Existe ainda uma incipiente preocupação com a interdisciplinaridade, bem como com a necessidade concertada de se articularem posições entre os mesmos professores de um mesmo ano ou nível de ensino.

A profissão docente tem actualmente novas exigências, e do professor solicita-se o que está na sua esfera de competências e o que está fora dela. Simultaneamente, há uma óbvia pressão social para que o professor deixe de ser o transmissor de conhecimentos para ser um guia do processo de ensino, não se pode por isso aceitar que o seu recrutamento seja feito exclusivamente pela nota de curso, quando sabemos que esta nada diz do candidato ou pode dizer o que menos interessa à escola. É urgente um controlo rigoroso do acesso à profissão, que pode ser operacionalizado através de provas de avaliação da capacidade para o ensino, como as recentemente propostas pelo Ministério da Educação.

A escola anuncia que privilegia hoje o processo, o saber fazer em detrimento do saber, mas insiste numa avaliação centrada nos conhecimentos e na capacidade que os alunos têm ou não de atingi-los. A educação escolar deve assegurar outras aprendizagens e, sobretudo, avaliar outras competências para além daquelas que são os conhecimentos científicos, já que ela perdeu o monopólio de ser a única detentora do conhecimento. Simultaneamente é necessário estimular que os professores deixem de ser especialistas em determinadas disciplinas, para assumirem o papel de profissionais da educação.

A escola tem demonstrado ter uma visão desfasada da realidade, pródiga a reproduzir as desigualdades sociais, incapaz de se tornar significativa, atrasada nos métodos, redutora nos currículos, auto-comprometendo o seu futuro. E o mundo responde-lhe com os desníveis sociais que aumentam o desfasamento entre o Norte e o Sul, o concomitante deslocamento de pessoas do Sul para o Norte, e da Europa de Leste. Não é mais possível encarar a escola de hoje como a de há uns anos atrás, já que temos novos vectores para gerir: nomeadamente o facto incontornável de que o Portugal de hoje é um país de acolhimento com um sistema educativo que engloba cerca de 81.000 crianças

e jovens de origem estrangeira que na esmagadora maioria dos casos não dominam a língua veicular da aprendizagem: a portuguesa.

Aprender com prazer é seguramente o mais sólido pilar da educação que se quer para os portugueses, ao longo de toda a vida. Um país qualificado tem necessariamente de estar disposto a aprender e a auto-melhorar-se permanentemente, só assim seremos mais competitivos. Evidentemente isto passa pela formação profissional que se deve estender ao longo do percurso de vida dos cidadãos. A educação ao longo da vida está a ressurgir com força, precisamos de construir um edifício estruturado, entrosado com o mercado de trabalho, e capaz de dar resposta às necessidades reais. Estes novos projectos questionam a própria organização tradicional do sistema de ensino, e comprometem-na mesmo, diria. Porque sabemos bem que não se aprende da mesma forma em fases etárias diferentes, nem com a mesma motivação e que a carta de princípios da UE não consegue ter força anímica para disciplinar a diversidade de contextos educativos com que os diferentes países se confrontam.

E, sobretudo, a sua abrangência obriga a que todos se comprometam com este objectivo: governos, associações, sindicatos, instituições particulares, empresas e cidadãos. Sem desculpas nem remedeios, encarando esta necessidade de frente num mundo competitivo que não se compadece com a iliteracia e o analfabetismo, e que exige dos activos mais e melhor formação. Tentando não cair na tentação primária de procurar dotar os cidadãos com as competências estritamente necessárias à melhoria do seu desempenho numa determinada função, porque nem tudo se pode, ou melhor, se deve subjugar aos interesses económicos.

Na Região devemos continuar a promover um conjunto de iniciativas que potenciem o nosso desenvolvimento. O recente anúncio por parte do

Presidente do PS e presidente do Governo Regional de criação de duas direcções regionais autonomizadas –a Direcção Regional da Juventude e a Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional- permitirá que, no âmbito da competência da segunda, se desenvolvam um conjunto ambicioso de iniciativas de entre as quais destaco pela sua pertinência: a determinação de que a saída de qualquer jovem do sistema educativo dever ser acompanhada de uma qualificação profissional ou habilitação pertinente; a planificação da formação dos nossos empregados; a vinculação das empresas a planos de formação dos seus trabalhadores; a selecção de 4.000 empresas da Região para se incorporarem em planos estratégicos de formação dos seus activos; a aposta no aumento da oferta de cursos profissionais equivalentes ao 12º ano; a prossecução do objectivo de ter 7.000 jovens/ano em cursos de formação profissional de 3 anos; um mega-plano de formação em competências básicas de tecnologias de informação e comunicação, abrangendo 3.000 desempregados (2007/2008); aposta no reconhecimento das qualificações; e o reforço das actividades inspectivas na área da educação. Estas medidas permitirão potenciar o desenvolvimento daquilo que são os nossos objectivos em matéria de educação e formação, caminhando no sentido das metas da Estratégia de Lisboa, delineada pela UE para 2010.

**Senhor Presidente da ALRAA**  
**Senhoras e Senhores Deputados**  
**Senhora e Senhores Membros do Governo**

Falta-nos ainda uma verdadeira **cultura da aprendizagem**. Não a possuímos por circunstâncias várias, que a história e a sociologia poderão facilmente explicar, mas que não nos cabe agora desenvolver, no entanto reconhecemos que esta é uma lacuna que, em certa medida, traça o quadro da nossa performance no todo europeu. Talvez por isso muitos alunos filhos de imigrantes tenham um melhor desempenho nas nossas escolas do que os locais. Porque nos falta transformar a escola num lugar onde valha a pena

estar, transformar as aprendizagens em algo significativo e devolver aos alunos, independentemente da sua idade, o prazer de aprender. Afinal a aprendizagem até coincide com a vida. Ou coincide sobretudo. E é nesta medida que os currículos, os entendimentos pedagógicos, e os projectos educativos de escola devem ser elaborados, na reprodução daquilo que é o contexto em que estes alunos se inserem. É tempo de transformar a escola numa coisa outra. De alterar a concepção de que a escola só tem valor na medida em que confere graus académicos. Se não conseguirmos recuperar o gosto pelo saber de nada nos serve ter escolas excelentes, bem apetrechadas e cheias de alunos que não querem, porque não gostam, de aprender.

**O PS acredita no futuro da escola pública.** Não queremos que os centros de explicações providenciem os conhecimentos a que a escola se revela incapaz de atender. Não queremos que as escolas particulares sejam as detentoras dos resultados de excelência. Não queremos que haja alunos de primeira e alunos de segunda e queremos acabar com a clivagem social que a escola ainda tende a promover. Estamos dispostos a melhorar o nosso caminho, a aperfeiçoá-lo e a alterá-lo quando tal se revele necessário. Queremos que o tempo que os alunos passam na escola seja potenciado, que a experiência dos professores esteja cada vez mais ao serviço dos alunos, e que as escolas funcionem como verdadeiras comunidades educativas. É isto que vamos continuar a promover! Pequenas comunidades educativas, grandes mundos de recursos, aproveitados, potenciados e reprodutivos.

Asseguro-vos que todos não somos demais neste processo, a educação é afinal uma responsabilidade de todos. Pela parte do PS estamos sempre disponíveis para melhorar, com a serenidade de quem se orgulha do passado, mas não se conforma com ele. Para quem insiste em não perceber este é afinal o caminho certo de um partido responsável nos Açores de hoje. Alheio à política da terra queimada, e aos acessos poético-circenses de demagogia



frouxa. Pela nossa parte preferimos, preferiremos sempre, malgrado os críticos da postura, o caminho da auto-superação, pondo natural e responsavelmente o desenvolvimento dos Açores em primeiro lugar.